



AEPET NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano 41 nº 371 - Julho / 2010

IMPRESSO ESPECIAL
CONT. Nº 9912179595
ECT/DR/RJ
AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

POR QUE A EMENDA PEDRO SIMON SE TORNOU NECESSÁRIA E POR QUE OS ENTREGUISTAS BATEM NELA

Fernando Leite Siqueira

Quando foi concluído o relatório final da Câmara dos Deputados, sobre o PL 5938 do Governo Federal, que muda o contrato de concessão (da Lei 9478 de FHC, pelo qual, 100% do petróleo é de quem produz) para o de partilha da produção (onde a União Federal recupera a propriedade do petróleo), a AEPET descobriu um "contrabando" introduzido pelo relator, deputado Henrique Alves, o parágrafo 2º do artigo 42 do projeto do Governo.

Trata-se da absurda devolução ao consórcio, em petróleo, dos "royalties" que ele pagasse em reais. Ora, isto significaria "transformar o Brasil num imenso paraíso fiscal", ou seja, abrir mão de um imposto que monta, no presente, cerca de US\$ 15 bilhões (R\$ 27 bilhões). Em 2020 chegaria a US\$ 30 bilhões, cerca de R\$ 54 bilhões. Assim, consumado esse absurdo, teríamos o pior contrato de partilha do mundo.

Denunciamos esse absurdo a vários parlamentares, tendo o Senador Renan Calheiros se comprometido a levar essa informação ao presidente Lula, pois a introdução dessa emenda piorava muito o projeto do Governo. Simulações que fizemos mostram que, pelo projeto do Governo, a União ficaria com cerca de 60% do óleo produzido; com a esdrúxula emenda do relator, essa participação cairia para 30%. É ou não absurda?

O Senador Pedro Simon, a

quem explicamos detalhadamente a matéria, ficou atônito e fez um discurso no Senado no mesmo dia, mostrando a dura realidade. Foi aparteado pelo senador Francisco Dornelles, que disse: "Isto transforma o Brasil num imenso paraíso fiscal".

Denunciamos o fato numa audiência pública no Senado e quando perguntado pela imprensa quem seria o patrocinador dessa emenda, não titubeamos: "Se vocês procurarem quantas audiências públicas o cartel internacional, incrustado no Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), fez no Senado, só este ano, com um desfile de lobistas, vocês identificarão facilmente a origem dessa malfadada emenda".

Entrevistado, o autor da inclusão, deputado Henrique Alves pôs a culpa na Petrobrás, e, com isto, cometeu dois erros: 1) consultamos o presidente e vários diretores da Petrobrás e eles não sabiam de nada; 2) mesmo que tivesse partido da Petrobrás a ideia da emenda, ela não se justificaria, visto que causaria um imenso prejuízo à Nação.

Veio a votação no Senado. Conversamos com o relator Renan Calheiros, que nos disse: "Olha, eu prometi derrubar essa emenda, mas a relatoria passou para o Senador Romero Jucá. Fale com ele". Falamos, e o Senador nos disse: "As emendas referentes a royalties foram retiradas. Serão votadas em separado".

Não satisfeitos, perguntamos:



"E a emenda da devolução dos royalties, também ficou para depois?" Resposta: "Falei com o fulano, do governo, e ele disse que isto não tem problema".

Suspeitamos de outra inserção sub-reptícia para devolver os royalties para o consórcio. Fomos ver o texto do relator e, bingo!, lá estava camuflada em quatro artigos, a famigerada devolução dos royalties para o consórcio.

O relator Jucá inseriu um acréscimo nos artigos 2º; 10º. inciso III, letra d; 15º. inciso V e 29º. inciso V, do projeto do Governo. Assim, se fez necessária a emenda Pedro Simon, para retirar essa devolução e ainda corrigir a emenda Ibsen. A emenda

Simon resgata para a União Federal um valor de R\$ 54 bilhões, que seriam repassados de mão beijada para os consórcios. Este resgate dá para ressarcir os estados produtores das perdas de cerca de R\$ 6 bilhões causadas pela emenda Ibsen Pinheiro.

No dia seguinte, grande parte dos lobistas, incluindo a mídia hegemônica, bateu sem trégua na emenda Pedro Simon, indignados pelo prejuízo dos seus patrocinadores. Nenhum deles mencionou a verdadeira motivação salva-pátria da emenda Simon.

Fernando Leite Siqueira é presidente da AEPET

23/06/10

O Mérito da Emenda Simon

Pág 2

.....

Pós-82: Macaé realizou reunião sobre eliminação do teto Petros

Pág 2

.....

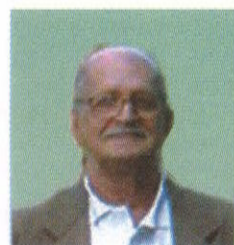
AEPET é contra a terceirização na Petrobrás

Pág 2

.....

"Querem contar com os ovos antes da galinha pôr"

Pág 3



A PETROBRÁS PERDE UM DOS SEUS CONSTRUTORES: O ENGENHEIRO SÉRGIO PORTINHO

Pág 4



O MÉRITO DA EMENDA SIMON

No Senado Federal, as discussões sobre a nova legislação do petróleo teve início na tarde do dia 09/06, com término na madrugada seguinte (10/06). Os senadores aprovaram, por 41 votos a favor e 28 contra, a Emenda Pedro Simon, que redefine a distribuição dos "royalties" do petróleo aos estados e municípios. A Emenda estabelece também que a União Federal compensará os estados produtores, como Rio de Janeiro e Espírito Santo, pela perda de recursos. Na avaliação da AEPET, a iniciativa do senador Pedro Simon promove a correção da emenda Ibsen Pinheiro, que prejudicava muito os estados produtores. "A Emenda Simon tem como mérito principal o cancelamento da emenda do relator na Câmara, deputado Henrique Alves, que devolvia em petróleo o valor dos royalties pagos em reais pelo consórcio, ou seja, dava de presente para o consórcio cerca de US\$ 15 bilhões que, na verdade, pertencem à União Federal, logo, ao povo brasileiro", disse o presidente da AEPET, Fernando Siqueira. O lobby privado (nacional e estrangeiro) e a imprensa hegemônica, antes calados com o advento da emenda Henrique Alves, que lhes favorecia, se indignaram com a Emenda Simon. Nesta edição, são apresentados argumentos que ajudam a entender os porquês da reação dos lobistas e da mídia comercial à Emenda Simon. A questão de fundo é que esses setores são contrários ao retorno da soberania do Brasil no setor petróleo. Por isso criticam a Emenda Simon e manifestam-se claramente favoráveis à manutenção do modelo de concessões, que pela atual Lei 9478/97, artigo 26, dá a posse de 100% do petróleo brasileiro às multinacionais.

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: **Fernando Siqueira**
Vice-Presidente: **Pedro da Cunha Carvalho**
Diretor Administrativo: **Henrique Sotoma**
Vice-Diretor Administrativo: **Gilbert Prates**

Diretor de Comunicações: **Roldão Marques Fernandes**
Vice-Diretor de Comunicações: **Diomedes Cesário da Silva**

Diretor de Assuntos Jurídicos: **Paulo Teixeira Brandão**
Vice-Diretor de Assuntos Jurídicos: **David Garcia de Souza**

Diretor de Pessoal: **Silvio Sinedino Pinheiro**
Vice-Diretor de Pessoal: **Ronaldo Tedesco Vilardo**

Diretor Cultural: **João Victor Campos**
Vice-Diretor Cultural: **Felipe Campos Cauby Coutinho**

Conselho Fiscal

Efetivos: **Ricardo Maranhão, Arthur Martins, Ricardo Latgé**
Suplentes: **Clemente F. da Cruz, Hamilcar Beviláqua Neto, Clovis C. Rossi**

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macaé:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Juiz de Fora: **Murilo Marcatto / Espírito Santo:** Paulo W. Magalhães - **S. José dos Campos:** Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adeldo José Leão Brasil / **Brasília:** Velocino Tonietto

Redação

Jornalista Responsável: **José Carlos Moutinho (Mtb 24460)**
Reportagem: **José C. Moutinho / Julio César Lobo**
Fotografia: **Alessandra Bandeira**
Projeto Gráfico: **Marta P. Guimarães - magainter@globo.com**

Arte / Ilustração: **Alessandra Bandeira**
Diagramação: **Alessandra Bandeira**
Impressão: **Monitor Mercantil**

Tiragem: 16.500 mil exemplares
Correio Eletrônico: **aepet@aepet.org.br**

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

COLUNA DO ASSOCIADO

PÓS-82: AEPET-MACAÉ REALIZOU REUNIÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DO TETO ATUAL DA PETROS ENTRE 1982 E 2020

A AEPET-Macaé realizou, no dia 10/06/10, concorrida reunião para debater e encaminhar propostas relativas à eliminação do teto atual de contribuição para a Petros entre 1982 e 2020, para o contingente de petroleiros contratados pela Petrobrás a partir de 1982, os chamados "Pós-82". Esta reunião faz parte de uma série de outras reuniões que vêm sendo realizadas pelos diretores da AEPET, sob a coordenação do diretor de Pessoal da entidade e conselheiro eleito da Petros, Silvio Sinedino. Confirma a seguir a nota emitida pela diretoria da AEPET-Macaé sobre a referida reunião, que ora apresentamos aos petroleiros e a sociedade brasileira. "Companheiras e Companheiros da Petrobrás, A apresentação da proposta dos três conselheiros eleitos da Petros - Silvio Sinedino (Conselho Fiscal), Paulo Teixeira Brandão (Conselho Deliberativo) e Ronaldo Tedesco (Conselho Deliberativo), realizada no dia 10 de junho último, no Clube Cidade do Sol, teve uma plateia com um grande número dos nossos associados da AEPET. Foi explicado que o decreto que limitava a contribuição para Petros

(sobre um teto hoje em cerca de R\$ 9 mil) dos admitidos a partir de 1982 não existe mais. A proposta, então, dá a opção, a cada um deste grupo, de igualar seu limite de contribuição ao restante dos participantes da Petros. Já existem simulações feitas por atuário que apresentam de quanto seriam os valores a serem pagos em parcelas pelo período correspondente à expectativa de vida do participante, no caso da opção pelo novo cálculo do valor das contribuições. Não existirá necessidade de contrapartida pela patrocinadora, já que a Petrobrás paga à Petros sobre a folha bruta total e não sobre o limite do teto de três tetos de benefício do INSS (hoje cerca de R\$ 9 mil). Quem quiser ter uma ideia de quanto teria que pagar na ativa e na aposentadoria para receber na aposentadoria benefício maior, deve enviar mensagem para o correio eletrônico do conselheiro eleito da Petros Silvio Sinedino: sinedino@yahoo.com Existem aproximadamente 27 mil empregados nesta situação, sendo que cerca de 10 mil já recebem mais do que o limite atual de salário bruto. Neste grupo estão os que

reapetuararam e os que continuam no Plano³ Petros original. Em todos os casos, o que vai existir, caso o Conselho Deliberativo aprove a proposta de eliminação do limite de contribuição para os Pós-82 já proposto pelos Conselheiros Eleitos pelos participantes, é a opção do associado da Petros de querer ou não fazer a adesão, não vai existir nenhuma obrigatoriedade. A AEPET-Macaé entende ser uma grande vantagem ter a opção do aumento do benefício Petros na aposentadoria. A AEPET-Macaé aproveita para convidar os associados a participarem da reunião mensal que ocorre toda a 1ª segunda-feira de cada mês. Caso queiram mais detalhes, fineza entrar em contato com a AEPET-Macaé pelo telefone (22) 2762-51110 ou pelo correio eletrônico: aepetmacae@uol.com.br Pedimos divulgar esta mensagem para os companheiros que não são associados.



Diretoria da AEPET Macaé

Deu no AEPET ...DIRETO

PETROBRÁS: AEPET CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO DE PESSOAL

Presidente da Associação, Fernando Siqueira, solicita levantamento à estatal

A associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), que representa cerca de 4 mil engenheiros da Petrobrás, solicitou à direção da Empresa o número de terceirizados que atuam em atividades-fim. Segundo o presidente da associação e vice-presidente do Clube de Engenharia, Fernando Siqueira, a terceirização dificulta a consolidação da tecnologia.

"Conversei com o diretor de Recursos Humanos na semana passada e ele me informou que no levantamento de 220 mil terceirizados há dados que não são de terceirização, mas de parceria ou contratação de serviços. Por isso, solicitei o levantamento do que é terceirizado e o que não é", conta.

de operação, que é atividade-fim. E essa é extremamente perigosa", acredita.

Segundo o presidente da AEPET, há um grande número de terceirizados na Petrobrás. "Somos contra a terceirização porque o terceirizado é um explorado. Ele não recebe os encargos sociais e as vantagens da legislação. Ou seja, há uma burla nas leis trabalhistas e não há treinamento", diz, completando que por isso, muitos funcionários ficam insatisfeitos.

"Há uma rotatividade muito grande e não há como consolidar a tecnologia, como se faz quando o empregado é próprio. Há uma terceirização em funções

de operação, que é atividade-fim. E essa é extremamente perigosa", acredita.

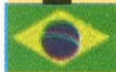
Para Siqueira, a estatal é muito atacada por interesses internacionais e, por isso, o País precisa garantir a exploração, especialmente dos campos do Pré-Sal. "A associação tem como objetivo defender o monopólio estatal, porque a exploração só tem duas alternativas: ser do governo ou do cartel internacional", afirma.

Ele informou, também, que a Petrobrás sofre pressões

Fonte: Folha Dirigida (22 a 28 de junho/2010)

ERRATA

Na edição anterior do "AEPET Notícias" (nº 370, junho / 2010), na matéria "Pré-Sal: No Senado, AEPET acusa lobby de petrolíferas no projeto de partilha", dissemos que os consórcios, pela emenda Henrique Alves, receberiam em óleo o custo de produção. O certo é que esses consórcios, além de receber os custos de produção em petróleo, ainda receberiam de volta, em petróleo, 15% dos royalties pagos. Ou seja, não pagaram os royalties, fazendo do Brasil um imenso paraíso fiscal.



ROYALTIES DO PETRÓLEO: "QUEREM CONTAR COM OS OVOS ANTES DA GALINHA OS PÔR"

O vice-presidente da AEPET, Pedro Carvalho, foi um dos comentaristas do programa 'Faixa Livre' desta quinta-feira (10/06), notadamente sobre a aprovação dos projetos para uma nova legislação do petróleo, aprovada pelo Senado Federal, em longa sessão que teve início às 15 horas de quarta-feira e terminou na madrugada do dia seguinte.

A matéria que mais vem provocando polêmicas é a referente aos 'royalties' do petróleo, notadamente pelo fato dos estados produtores, basicamente Rio de Janeiro e Espírito Santo não aceitarem que a União Federal democratize a distribuição dos benefícios com a produção do petróleo. A emenda Ibsen Pinheiro teve um unânime repúdio, pois prejudicava os estados produtores.

Por seu turno, a emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) propõe a distribuição dos 'royalties' do petróleo aos estados e municípios, bem como estabelece que a União Federal compensará os estados produtores, como Rio de Janeiro e Espírito Santo, pela perda de recursos. Ou seja, significa um avanço em relação à emenda Ibsen. E mais: a emenda em seu artigo 3º proíbe a devolução dos royalties, ao contrário da emenda Henrique Alves, que devolvia em petróleo os royalties pagos pelas empresas concessionárias.

Sobre as propostas para uma nova legislação do petróleo aprovada no Senado, o vice-presidente da AEPET, Pedro Carvalho, destacou que os meios de comunicação hegemônicos não deram o devido destaque à matéria. Para ele, o mais importante do conjunto de projetos aprovados, é a mudança no marco regulatório e a capitalização da Petrobrás. 'A questão dos royalties remete para aquela ideia de se querer contar com os ovos antes da galinha os pôr'.

Pedro Carvalho explicou que, primeiro, deve haver a produção do petróleo, que consequentemente gerará os royalties. No entanto, antes, ele defende que deva haver a capitalização da Petrobrás, para que esta possa ter as condições de desenvolver toda a gigantesca área do Pré-Sal.

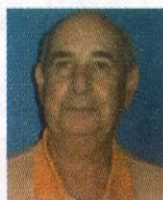
Sublinhou, também, que a AEPET defende um modelo de partilha com a definição de um valor mínimo destinado ao Estado brasileiro, a exemplo do que ocorre em outros países. 'Nós calculamos que esse valor mínimo a ser definido para a União deva ser 80% do petróleo a ser explorado. Quem oferecesse mais, acima desse mínimo, ao Estado brasileiro teria a preferência na exploração de determinada área concedida. Do jeito que está definido, qualquer valor pode ser um mínimo'.

Carvalho acredita que o projeto de partilha é um avanço em relação ao de concessão, mas precisa ser melhorado. 'Do jeito que estava, com a emenda do deputado Henrique Alves, o concessionário pagava os royalties em dinheiro e recebia de volta em petróleo. É um absurdo, pois os royalties constituem um imposto, que, portanto não deve ser ressarcido, muito menos em petróleo'.

A utilização dos royalties deve ter uma regulamentação, para que se evite gastos em áreas que não são de interesse da população brasileira. Pedro Carvalho defende que os royalties sejam investidos em áreas essenciais, como saúde, educação, habitação, segurança pública, e outros benefícios em prol dos brasileiros natos. 'Essa definição deve ser feita imediatamente', reforçou.

O vice-presidente da AEPET lembrou, também, que ainda há muito que fazer pela frente. Nesse sentido, ressaltou a importância da Campanha 'O Petróleo Tem Que Ser Nosso', encabeçada pelos movimentos sociais.

José Carlos Moutinho (jornalista)
Foto: Alessandra Bandeira.

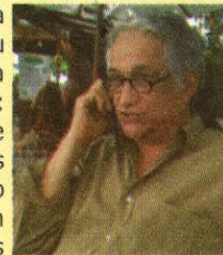


Geopolítica do Petróleo

EXPLICANDO A EMENDA SIMON

Paulo Metri*

Um amigo meu, alheio à discussão dos royalties, resolveu passar a entendê-la e lançou a provocação: 'Quem tem razão: Cabral e Dornelles ou Simon e Ibsen?' Cai na armadilha, pois respondi: 'Primeiramente, não coloque no mesmo saco o Simon e o Ibsen, porque as propostas deles são diferentes'. Eu tinha que ter ficado calado, mas não fiquei. Como a amizade inclui a permissão para um certo grau de abuso, ele retrucou: 'Como assim?' A partir daí, a consequência de se ter amigos displicentes é mostrada a seguir.



Estava sendo julgado o novo marco regulatório para a área do pré-sal na Câmara e o deputado relator do projeto da partilha da produção, Henrique Alves, resolveu colocar, no substitutivo ao projeto encaminhado pelo Executivo, o ressarcimento em óleo dos valores pagos pelas empresas a título de royalties para estados e municípios. Todo o petróleo que está no subsolo pertence à União, mas quando ele está no subsolo e já existe um contrato de concessão ou de partilha relativo a ele, podemos dizer que já não pertence mais à União e, sim, a outros proprietários bem definidos, assim que jogar. Depois de alguma análise, pode-se concluir que, devido ao ressarcimento, o Fundo Social perde recursos, assim como menos royalties serão arrecadados, e as empresas serão as grandes beneficiárias.

Em paralelo, os deputados Ibsen Pinheiro e Humberto Souto colocaram uma emenda, que veio a ser aprovada, mudando a distribuição dos royalties arrecadados, que beneficia até estados e municípios não produtores e reduz os recursos antes destinados aos estados e municípios do Rio de Janeiro e Espírito Santo, valendo até para as produções do pós-sal. Notar que, no projeto que saiu da Câmara, as empresas não pagam nada de royalties, o Fundo Social passa a receber menos do que receberia no projeto original do executivo e a arrecadação de royalties, no médio prazo, será menor.

Nenhum dos canais comerciais de televisão anunciou a manobra de Henrique Alves e, no entanto, houve um estardalhaço com relação à emenda Ibsen e Souto, justificável somente por ocasionar perdas consideráveis aos estados e municípios do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O que foi aprovado na Câmara foi para o Senado e o senador Pedro Simon, pura e simplesmente, buscou resolver dois problemas com uma emenda só. Ele acaba com o presente dado por Henrique Alves às empresas, aumentando a arrecadação, mantém o rateio proposto por Ibsen e Souto, mas cria uma compensação financeira para os estados e municípios produtores utilizando o acréscimo de arrecadação citado.

Convenhamos que a emenda do Simon é bem diferente da emenda do Ibsen e Souto e, somente se as compensações determinadas por Simon no projeto de lei aprovado no Senado não sejam honradas, o Rio de Janeiro e o Espírito Santo perdem muito.

Paulo Metri é conselheiro da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros e sócio honorário da AEPET.

Publicado originalmente: AEPET Direto (11/06/2010)

CLUBE DE ENGENHARIA PROMOVE PALESTRA SOBRE HINO NACIONAL BRASILEIRO

O engenheiro e escritor Edson Monteiro proferiu uma palestra sobre o Hino Nacional Brasileiro, no dia 08/06, no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro.

Na introdução, foi feita uma homenagem ao poeta maranhense Gonçalves Dias, que foi um dos inspiradores de versos da letra do Hino do Brasil. As palavras da Canção do Exílio são apenas um pouco da contribuição do seu autor à Literatura Brasileira, sendo que foi um dos personagens que se inspiraram nas nações indígenas para contar a história do nosso País.

O escritor Edson Monteiro analisou o conteúdo histórico e os momentos mais marcantes que influenciaram as mudanças na letra e na música do Hino Pátrio, que começou a se desenhar como um símbolo da nossa nacionalidade depois da independência em 1822.

Ao falar sobre o texto, o professor mostrou que na realidade as frases contidas tentam mostrar a exuberância da natureza de nosso País. Esta é sublinhada pe-

los autores, assim como a bravura de nosso povo que tem do que se orgulhar com as estrofes e rimas, assim como com a melodia do Hino Nacional. O canto exalta os dotes de grandeza e força da nossa Pátria e da nossa gente.

O palestrante abordou, também, o aspecto poético do Hino. Através de suas pesquisas, Monteiro traduziu para o português de hoje o significado da letra. Como não poderia deixar de ser, todos os presentes em determinados momentos da exposição cantaram emocionados o Hino Nacional. Os que compareceram ao evento ficaram encantados com o que foi exposto.

A secretária geral do Modecon, Olga Amélia, falou da sua emoção sobre o tema da palestra. Ela falou que desde quando estudava no Colégio Pedro II, ao ter como mestre o professor José Oiticica, se interessou pela temática. "Ele explicou sobre qual o sujeito da primeira frase da letra do hino brasileiro que começava; 'Ouviram do Ipiranga Margens Plácidas' e pediu para que fizéssemos pesquisas na

Biblioteca Nacional sobre o tema".

Outros presentes também elogiaram a iniciativa do Clube de Engenharia e do professor Edson Monteiro de demonstrar a complexidade das estrofes, frases e rimas do Hino Nacional.

Naturalmente em um momento em que o verde e amarelo estão nas cores da maioria dos lugares do País, o evento Copa do Mundo é importante para mostrar aos mais jovens a beleza de um dos nossos símbolos nacionais.

A cobertura jornalística contou com a presença da TV Comunitária, da TV do CREA, entre outros veículos de imprensa. Estes meios de comunicação tiveram o objetivo de multiplicar, através das novas tecnologias, esta grande iniciativa em busca do resgate ao espírito nacional com uma aula de amor ao Brasil e ao seu povo.

Julio Cesar de Freixo Lobo



Você pode superar mais essa barreira:
o medo de falar da violência.
Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher.



Ligue 180

ASSISTA



Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse www.aepet.org.br Ou assista a qualquer hora o programa em seu computador na nossa

OUÇA

Programa FAIXA LIVRE

Ouça agora na internet

Rádio Bandeirantes
1.360 kHz AM
De segunda a sexta
das 8h às 10h

Ou escute o programa qualquer dia ou qualquer hora na página da AEPET:

4 AEPET Notícias



A PETROBRÁS PERDE UM DOS SEUS CONSTRUTORES: O ENGENHEIRO SÉRGIO PORTINHO

Portinho percorreu todas as fases da Engenharia da Petrobrás, sendo um dos responsáveis para que a Empresa, hoje, seja considerada a quarta maior petroleira do mundo

A AEPET lamenta comunicar o falecimento do Engenheiro Sérgio de Oliveira M. Portinho, ocorrido no dia 19/06/10 (sábado), no Rio de Janeiro. Portinho, que estava aposentado, foi Superintendente da Engenharia Básica do CENPES [Centro de Pesquisa da Petrobrás], sendo um dos seus fundadores; foi o primeiro Chefe da Divisão de Projetos Mecânicos – DIPROM da Empresa. Ele também foi diretor da AEPET.

• Amigos e companheiros de trabalho enviaram inúmeras mensagens aos familiares lamentando o passamento de Portinho. Os textos ressaltavam as diversas características pessoais, bem como as valiosas contribuições de Portinho para o desenvolvimento do Sistema Petrobrás. Ou seja, trata-se de um brasileiro que contribui decisivamente para que a Petrobrás chegasse ao prestígio que tem hoje, sendo a quarta maior Empresa petrolífera do mundo.

A missa de sétimo dia foi celebrada no dia 26/06/10, na Paróquia da Ressurreição, em Ipanema, no Rio de Janeiro.

Trajatória produtiva é lembrada pelos companheiros de trabalho e amigos

Nas mensagens, os petroleiros destacaram que Portinho era "uma pessoa muito querida", tanto pelos amigos de trabalho como pelas pessoas que se relacionam com a Petrobrás.

Diomedes Cesário da Silva destacou sua admiração por Portinho. "O que mais admirava no Portinho era sua honradez e capacidade de jamais implementar uma ação somente pelo fato de ter sido uma ordem superior. Quando tinha uma opinião diferente elaborava uma correspondência extremamente densa e documentada, analisando os prós e contras, de forma a subsidiar seu superior. Geralmente, o superior reformulava sua decisão. Creio que esta atitude é a que todo gestor deve esperar de seus subordinados. Afinal, é impossível ver todos os aspectos de uma determinação. Só com a diversidade de visões, criadas pelas experiências técnicas e pessoais ao longo da vida, é possível errar menos. Infelizmente, esta maneira de pensar é restrita a poucas cabeças pensantes. O Portinho deve ser lembrado como



Na foto, os cinco primeiros engenheiros que formaram o núcleo de criação da Engenharia Básica da Petrobrás. Sérgio Portinho é o primeiro, da direita para a esquerda. A foto é de 1996, quando da solenidade em comemoração aos 20 anos da criação da Engenharia Básica.

Os petroleiros da foto (da direita para a esquerda) são: Sérgio Menezes de Oliveira Portinho, João Baptista de Castro Moreira da Silva, Ivo de Sousa Ribeiro, Roberto Villa, Irineu Soares, Solon Guimarães, Orfila Lima dos Santos, Antônio Seabra Moggi, Sebastião Henriques Vilarinho, Antônio Sérgio Pizarro Fragomeni, Nelson Maczydlowr

um de seus melhores exemplos".

Irineu Soares acrescentou que Portinho percorreu todas as fases da Engenharia na Petrobrás, conforme abaixo segue.

- Trabalhou na antiga FABOR



– Fábrica de Borracha Sintética, atualmente Petroflex, onde participou de uma ativa unidade de Engenharia. Com a criação dos Departamentos, em 1966, foi Chefe do Setor de Projetos da Divisão de Engenharia do Departamento Industrial - DEPIN, onde liderou o desenvolvimento de projetos de porte significativo, incluindo a Engenharia de Detalhamento. Com a criação do antigo SEGEN – Serviço de Engenharia, foi Chefe da Divisão de Projetos Industriais daquela unidade, onde chefiou projetos de maior magnitude.

• Com a criação da Superintendência de Engenharia Básica, em 1976, assumiu a chefia da Divisão de Projetos Mecânicos até 1982, quando assumiu a Superintendência de Engenharia Básica – SUPEN. Em 1983, integrou a atividade de E&P (Exploração e Produção), com a criação da Divisão de Projetos de Exploração. Além da atividade gerencial, publicou artigos e tex-

tos de inestimável valor sobre os aspectos conceituais e o papel da Engenharia Básica. Em 1990, foi Superintendente do Serviço de Engenharia - atual ENGENHARIA, tendo reassumido a Superintendência de Engenharia Básica até sua aposentadoria, em 1993.

Irineu Soares sublinhou, ainda, que Portinho, além da contribuição profissional, foi uma admirável figura humana, tanto no trato com as pessoas como na seriedade e zelo pelos interesses da Petrobrás e pelo desenvolvimento da engenharia e da tecnologia na Companhia. "Portinho faz parte das grandes figuras que construíram a Petrobrás, tornando possível o sucesso de hoje".

Por todos esses motivos, Portinho merece nossa admiração e homenagem. Neste sentido, gostaria de sugerir que essa homenagem seja perenizada, dando o seu nome a uma importante edificação da Petrobrás, como, por exemplo, o prédio da Engenharia Básica no CENPES", propôs Soares em sua mensagem aos amigos e familiares de Portinho.

Guilherme de Oliveira Estrella declarou: "Tive a honra e a satisfação de conviver com o Portinho durante 10 anos no Cenpes e corroboro integralmente com as palavras a respeito do grande cidadão que o Brasil perdeu. Para a Petrobrás, esta perda é ainda mais significativa na medida em que o Engenheiro Portinho personificava os princípios e valores éticos da nacionalidade que são os alicerces desta grande empresa".

Falando, enquanto diretor de Exploração e Produção da Petrobrás (E&P), Guilherme Estrella, informou que instituirá um prêmio em nome do Portinho. "Estou, na qualidade de atual Diretor de E&P da Petróleo Brasileiro S.A. instituindo um 'prêmio' com o nome do Portinho, para reconhecer o melhor projeto de engenharia de produção aprovado pela DE, a cada ano". A escolha do projeto ficará sob responsabilidade da recém criada Gerência Executiva de Projetos de DP no organograma do E&P.

Segundo nos informaram engenheiros do CENPES, o Prédio da Engenharia Básica do referido Centro de Pesquisa deverá passar a ser denominada Sérgio Menezes de Oliveira Portinho.